



ESTADO DE RONDÔNIA  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

Recebido. Autue-se  
e inclua em pauta  
Em 18/08/2009  
1º Secretário

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI	Nº 623/09
			
AUTOR : Deputado NEODI - PSDC			
<p>Determina que as consultas médicas e exames de saúde sejam realizados no prazo máximo de três dias, nos casos em que o paciente tiver idade superior a sessenta e cinco anos, quando for portador de deficiência física ou gestante.</p> <p><b>A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:</b></p> <p><b>Artigo 1º</b> - Fica determinado que as consultas médicas e exames de saúde no âmbito do Estado de Rondônia, tanto na rede pública quanto na privada, sejam realizados no prazo máximo de três dias quando o paciente tiver idade superior a sessenta e cinco anos, quando portador de deficiência física e quando for gestante.</p> <p><b>Artigo 2º</b> - No âmbito da estrutura de saúde do Estado, o servidor que descumprir o disposto no art. 1º sofrerá as sanções administrativas e, na rede particular, a multa será de 2.000 (duas mil) UFIRs.</p> <p><b>Artigo 3º</b> - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias.</p> <p><b>Artigo 4º</b> - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, em 11 de agosto de 2009.</p> <p><b>DEPUTADO NEODI</b> <b>Presidente ALE/RO</b></p>			



ESTADO DE RONDÔNIA  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

PROTOCOLO			Nº
		<b>PROJETO DE LEI</b>	
AUTOR : Deputado NEODI - PSDC			
<p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>A presente propositura trata de uma ação importante que deve ser desenvolvida pelo governo do Estado a fim de garantir condições aos cidadãos de dar prosseguimento aos seus respectivos tratamentos de saúde.</p> <p>Na maioria das vezes, os médicos solicitam exames e consultas médicas em caráter de urgência a fim de obterem um diagnóstico preciso para oferecer um melhor acompanhamento ao paciente e os idosos, deficientes físicos e gestantes são os mais penalizados com a demora na marcação dos exames e consultas, que em alguns casos não podem demorar.</p> <p>O público alvo do presente projeto de lei, por razões óbvia, tem que merecer um tratamento diferenciado, ou seja, o atendimento o mas rápido possível, não como uma forma de privilégio, mas pelo fato de que tais pessoas não podem esperar muito tempo e, portanto, necessitam de assistência rápida e eficaz.</p> <p>Pelas razões elencadas, é que apresentamos o presente Projeto de Lei.</p> <p>Plenário das Deliberações, em 11 de agosto de 2009.</p> <p style="text-align: center;"> <b>DEPUTADO NEODI</b> Presidente ALE/RO</p>			